ÍNDICE GERAL

I PARTE
NOÇÕES GERAIS

INTRODUÇÃO 11
§ 1. Objecto e âmbito do Direito do Trabalho 11
1. O objecto do Direito do Trabalho 11
2. As funções do Direito do Trabalho 24
3. Formação e evolução do Direito do Trabalho 29
A) A "juridificação" das relações de trabalho 29
B) A proto-história: O Código Civil de 1867 32
C) Os primeiro passos 34
D) A I República 34
E) O ordenamento laboral corporativo 35
F) O Direito do Trabalho na transição e na crise 37
G) Anos noventa: uma década de legislação «concertada» 41
H) O Código do Trabalho e a nova legislação de emergência 42
4. As fronteiras móveis do Direito do Trabalho 44
§ 2. O conteúdo do Direito do Trabalho 53

CAPÍTULO I – AS FONTES 57
§ 3. Noções gerais 57
§ 4. A Constituição 59
§ 5. Fontes Internacionais 62
1. Convenções internacionais gerais 62
2. As convenções da O.I.T. 65
3. O direito do trabalho europeu 69

§ 6. Fontes internas 81
1. O elenco legal 81
2. Leis do trabalho 82
A) Da legislação avulsa ao Código do Trabalho 82
B) A participação na elaboração das leis do trabalho 87
3. Portarias de condições de trabalho e portarias de extensão 95
4. Convenções colectivas de trabalho 98
5. Os usos laborais 101
§ 7. Hierarquia das fontes 106
1. A relação entre as fontes internacionais e as fontes internas 106
2. A hierarquia das fontes internas 107

CAPÍTULO II – O CONTRATO DE TRABALHO 113
§ 8. A noção legal do contrato individual de trabalho 113
A) Objecto do contrato: a actividade do trabalhador 113
B) Sujeitos: o trabalhador e a entidade empregadora 118
C) Retribuição 120
D) Subordinação jurídica 121
§ 9. A diferenciação do contrato de trabalho 126
A) Importância da distinção e dificuldades operatórias 126
B) Os tipos contratuais: contrato de trabalho e contrato de prestação de serviço 127
C) A determinação da subordinação 130
D) As presunções de existência de um contrato de trabalho 135
E) As «situações equiparadas» ao trabalho juridicamente subordinado 141
a) O art. 10º CT: a noção de «situações equiparadas» 141
b) O regime legal do trabalho no domicílio 143
F) Contratos de trabalho com regime especial 145
G) O contrato de trabalho e figuras contratuais próximas 146
a) Contrato de empreitada 146
b) Trabalho temporário 148
c) Contrato de mandato 154
d) Sociedade 157
e) Associação em participação 158
§ 10. Caracterização jurídica do contrato de trabalho 158
A) Contrato sinalagmático 158
B) Contrato consensual 159
a) A liberdade de forma 159
b) O dever de informação do empregador 161

C) Contrato duradouro ou de execução duradoura 162
§ 11. O contrato de trabalho e a relação de trabalho 164
§ 12. Os direitos fundamentais no ambiente de trabalho 167
1. Visão geral 167
2. Os "direitos de personalidade" no Código do Trabalho 169
3. O assédio (mobbing) 172

CAPÍTULO III – O TRABALHADOR 177
§ 13. A noção jurídica de "trabalhador" 177
§ 14. A posição funcional 182
1. A actividade contratada e a categoria 182
2. A estrutura da empresa, a organização do trabalho e o objecto do contrato 187
3. A categoria e a função 190
4. Flexibilidade funcional: a reconfiguração legal do objecto do contrato de trabalho 196
5. Flexibilidade funcional (cont.): o direito de variação da actividade 200
6. Flexibilidade funcional (cont.): o exercício de funções em comissão de serviço 204
§ 15. A antiguidade 208
§ 16. Os deveres acessórios do trabalhador 212
1. Enunciado geral 212
2. Dever de lealdade 213
3. Dever de assiduidade e pontualidade 221
4. Dever de custódia 223
5. Dever de prevenção 223

CAPÍTULO IV – O EMPREGADOR 225
§ 17. A noção jurídica de empregador 225
§ 18. A empresa e o empregador 227
1. Empresa, empresário, empregador 227
2. Relevância jurídico-laboral da empresa 230
A) Relações de trabalho empresariais e não empresariais 230
B) A transmissão da empresa 231
C) Os grupos empresariais 234
§ 19. Os poderes do empregador 237
1. Enunciado geral 237
2. Poder determinativo da função 238
3. Poder conformativo da prestação 239

CAPÍTULO IV – A RETRIBUIÇÃO 405
§ 39. Significado e função da retribuição do trabalho 405
1. Noções gerais 405
2. Concepções do salário. Sua relevância jurídica 406
A) Ideia geral 406
B) O salário como correspectivo 407
C) O salário como meio de satisfação de necessidades. A protecção específica do salário 408
D) O salário como factor da política económica 412
§ 40. O princípio "a trabalho igual salário igual" 414
§ 41. A determinação qualitativa da retribuição 420
1. O problema 420
2. O critério legal 422
3. A função do critério legal 425
4. Os componentes da retribuição 430
5. A alteração da estrutura da retribuição 437
§ 42. A determinação quantitativa da retribuição 437
§ 43. Forma, lugar e tempo do cumprimento 439
§ 44. A prescrição dos créditos salariais 441

CAPÍTULO V – A SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO E A REDUÇÃO DE ACTIVIDADE 449
§ 45. A suspensão em geral 449
§ 46. Suspensão do contrato de trabalho por causa ligada ao trabalhador 457
§ 47. Suspensão do contrato de trabalho por facto ligado à empresa 461
1. Noções gerais 461
2. Encerramento por facto imputável ao empregador ou por motivo do interesse deste 463
3. Encerramento temporário por caso fortuito ou de força maior 466
4. Suspensão de contratos de trabalho em situações de crise empresarial ("*lay off*") 469
§ 48. Redução da actividade 475
§ 49. A pré-reforma 478

CAPÍTULO VI – A CESSAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO 481
§ 50. Significado e alcance do regime da cessação do contrato de trabalho 481
§ 51. A revogação e a caducidade 484
1. Revogação 484
2. Caducidade 489

A) As causas de caducidade e o suposto automatismo da cessação do contrato 489
B) A impossibilidade definitiva da execução do contrato 491
C) Uma causa atípica: a reforma do trabalhador 494
D) Os efeitos económicos da caducidade 497
§ 52. O despedimento individual em geral 498
1. Noções comuns 498
A) A problemática do despedimento individual. Tendências gerais 498
B) Os mecanismos do despedimento 507
C) O conceito legal de "justa causa" 510
D) A suspensão do despedimento 521
E) Os efeitos da ilicitude do despedimento 524
F) As medidas contra a dissimulação do despedimento 531
§ 53. O despedimento disciplinar 533
1. A justa causa disciplinar 533
2. O processo (disciplinar) de despedimento 537
A) Visão geral 537
B) A acusação 539
C) A defesa e a "instrução" 541
D) A decisão 543
E) A suspensão preventiva 545
§ 54. O despedimento individual por justa causa objectiva 546
1. O despedimento por extinção do posto de trabalho 546
A) A justa causa 546
B) O processo de despedimento 551
C) O aviso prévio e a compensação 552
2. O despedimento por inadaptação ao posto de trabalho 554
A) A justa causa 554
B) O processo de despedimento 559
C) O aviso prévio e a compensação 560
§ 55. O despedimento colectivo 561
1. A noção legal. Os motivos relevantes 561
2. A execução do despedimento colectivo 567
A) O processo 567
B) A compensação 569
C) O regime especial de suspensão do despedimento 574
§ 56. Cessação do contrato de trabalho por iniciativa do trabalhador 575
1. Visão geral 575
2. A denúncia 575

3. A resolução 576
4. A extinção irregular do contrato pelo trabalhador 578
5. O abandono do trabalho 581
§ 57. Pactos de não concorrência e de permanência 583
1. O pacto de não concorrência 583
2. O pacto de permanência 586

III PARTE
AS RELAÇÕES COLECTIVAS DE TRABALHO

CAPÍTULO I – AS DIMENSÕES COLECTIVAS DO DIREITO DO TRABALHO 591
§ 58. O Direito Colectivo do Trabalho: objecto e características gerais 591
1. O objecto do Direito Colectivo 591
2. Caracteres gerais do Direito Colectivo 594
§ 59. Breve esboço histórico: o Direito e os fenómenos colectivos laborais 600
§ 60. Os fenómenos colectivos e a estrutura da relação individual de trabalho 600
§ 61. A autonomia colectiva 611
1. Conceito de autonomia colectiva 611
2. O «interesse colectivo» 615
3. Autonomia privada, heteronomia, autonomia colectiva 617
§ 62. Noção de «relação colectiva de trabalho» 618
§ 63. A perspectiva das «relações industriais» 621
§ 64. A concertação social 623

CAPÍTULO II – AS ASSOCIAÇÕES SINDICAIS 627
§ 65. O sindicalismo: sentido e fundamento 627
§ 66. A liberdade sindical 630
1. Noções gerais 630
2. As dimensões individuais da liberdade sindical 634
3. As dimensões colectivas da liberdade sindical 637
§ 67. O estatuto jurídico dos sindicatos 642
1. O conceito legal de sindicato 642
2. O sindicato como pessoa jurídica 645
3. Capacidade jurídica do sindicato 649
4. O exercício da actividade sindical na empresa: os delegados sindicais 651

CAPÍTULO III – AS ASSOCIAÇÕES DE EMPREGADORES 657
§ 68. A «liberdade sindical» dos empregadores 657
§ 69. A constituição de associações patronais 660
§ 70. Princípios sobre a organização e actividade das associações patronais 661

CAPÍTULO IV – AS COMISSÕES DE TRABALHADORES 665
§ 71. O «duplo canal» de representação e as comissões de trabalhadores 665
1. O «duplo canal» de representação 665
2. O movimento das comissões de trabalhadores 667
§ 72. A concepção legal da comissão de trabalhadores 669
§ 73. Os direitos de informação, à consulta prévia e de controlo de gestão 671

CAPÍTULO V – A NEGOCIAÇÃO COLECTIVA: NOÇÕES E PRINCÍPIOS GERAIS 675
§ 74. O significado social e jurídico da negociação colectiva 675
§ 75. O «dever de negociar» e o princípio da boa-fé na negociação colectiva 681

CAPÍTULO VI – AS BALIZAS DA NEGOCIAÇÃO COLECTIVA 687
§ 76. O nível de negociação 687
§ 77. Os sujeitos 692
1. O «reconhecimento» dos interlocutores negociais 692
2. Pluralidade de sujeitos e negociação conjunta 695
§ 78. Objecto e conteúdo da convenção 697
§ 79. Forma. O depósito e os motivos de recusa. A alteração superveniente. A publicação 703

CAPÍTULO VII – O PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO 707
§ 80. A atitude da lei perante a negociação 707
§ 81. As declarações preliminares: proposta e resposta 709
1. A iniciativa negocial: a proposta 709
2. A reacção à proposta de negociação: resposta e contraproposta 712
§ 82. Os contactos negociais 713

CAPÍTULO VIII – A EFICÁCIA DA CONVENÇÃO COLECTIVA 717
§ 83. Efeitos obrigacionais e normativos 717
1. Efeitos obrigacionais 717
A) O dever de influência 717

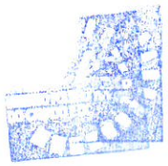
B) As «cláusulas de garantia sindical» 718
C) As cláusulas de paz social 719
D) Outras cláusulas obrigacionais 724
2. Efeitos normativos 725
A) A eficácia normativa como característica dominante das convenções 725
B) O mecanismo do efeito normativo: incorporação e controlo externo 726
C) A solução do ordenamento português 728
§ 84. O âmbito pessoal da convenção colectiva 731
1. O princípio da dupla filiação e as suas consequências 731
2. As flutuações da filiação 733
3. A transmissão da empresa ou estabelecimento 733
4. Para lá da dupla filiação: a extensão e a adesão; a adesão ("escolha") individual por não sindicalizados 735
5. A concorrência de convenções 739
§ 85. O âmbito territorial da convenção colectiva 743
§ 86. O âmbito temporal da convenção colectiva 744
1. Vigência e sobrevigência. A produção de efeitos da convenção 744
A) A vigência da convenção e o regime da sobrevigência 744
B) A produção de efeitos no tempo 749
2. Retroactividade e efeitos diferidos 750
§ 87. A sucessão de convenções colectivas 753

CAPÍTULO IX – A DINÂMICA DA NEGOCIAÇÃO COLECTIVA: FACTOS E TENDÊNCIAS 761
§ 88. A evolução da regulamentação colectiva de trabalho em Portugal 761
§ 89. A negociação colectiva numa visão panorâmica internacional 765
1. A pluralidade dos modelos 765
2. Os quadros institucionais da negociação 767
3. A negociação transnacional 769

CAPÍTULO X – O CONFLITO COLECTIVO DE TRABALHO: NOÇÃO E MODALIDADES 771
§ 90. O conflito colectivo como facto social e objecto de estudo 771
§ 91. A noção de conflito colectivo de trabalho 773
§ 92. Conflitos «jurídicos» e conflitos «de interesse» 778

CAPÍTULO XI – OS PROCESSOS DE RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS 783
§ 93. Os processos de resolução de conflitos colectivos jurídicos 783
§ 94. Resolução de conflitos colectivos de interesses 787
1. A lei perante o conflito colectivo 787
2. Os modelos nacionais e os procedimentos-tipo 788
3. A resolução de conflitos na lei portuguesa 792
A) Observações preliminares 792
B) Conciliação 794
C) Mediação 796
D) Arbitragem 798

CAPÍTULO XII – OS MEIOS DE LUTA LABORAL 803
§ 95. Noções gerais 803
1. As modalidades clássicas 803
2. O enquadramento jurídico 804
§ 96. A greve: noção e modalidades 806
1. A noção de greve em sentido jurídico 806
A) A ausência de uma definição legal 806
B) A noção jurídica de greve 807
2. As "greves atípicas" 811
§ 97. O direito de greve: natureza e conteúdo 813
1. A greve-liberdade 813
2. A greve-direito 815
3. A dupla dimensão do direito de greve 817
4. O conteúdo do direito de greve 819
§ 98. A greve no direito positivo português: esboço histórico 823
§ 99. Os motivos da greve 826
§ 100. O exercício do direito de greve 829
1. A decisão de greve 829
2. A declaração de greve: o pré-aviso 832
3. A adesão à greve 837
4. Os piquetes de greve 838
5. O termo da greve 840
§ 101. As obrigações dos trabalhadores durante a greve. Os "serviços mínimos" 841
1. Trabalhar em greve 841
2. A salvaguarda do equipamento e das instalações da empresa 841
3. A satisfação de necessidades sociais impreteríveis 842
A) Os "limites externos" do direito de greve 842



B) As "necessidades sociais impreteríveis" 845
C) A determinação dos "serviços mínimos" 846
D) A situação dos grevistas em serviço 853
E) O último recurso: a requisição civil 854
§ 102. Os efeitos jurídicos da greve (quanto às relações individuais de trabalho) 855
§ 103. A proibição do locaute 858

ÍNDICE GERAL 867